



MÉTODO E VERDADE EM WILLIAM JAMES: O EMPIRISMO RADICAL

Pablo Enrique Abraham Zunino

Pós-doutorando na Universidade de São Paulo (Bolsista/FAPESP),
São Paulo – SP – Brasil.
pabloibr@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo examina algumas teses de William James concernentes ao *método pragmatista* e à concepção de “verdade” que o autor defende em duas conferências publicadas no seu livro *Pragmatism: a new name for some old ways of thinking*, de 1907. Ainda que para James o pragmatismo fosse, primeiramente, um método para resolver disputas filosóficas, certas passagens dessas conferências mostram que o pensamento do filósofo americano se constrói em torno de uma peculiar *teoria da verdade*, que funciona como um núcleo a partir do qual podemos compreender a singularidade do método pragmatista, de acordo com as linhas gerais indicadas pelo próprio autor. A noção tradicional de “verdade”, admitida pelo senso comum e presente na maioria dos sistemas filosóficos, pode ser caracterizada a partir da tese segundo a qual as nossas ideias ou pensamentos seriam uma espécie de cópia da realidade. Essa concepção da verdade, baseada na correspondência entre idéia mental e coisas reais, opera, aos olhos de James, uma duplicação da realidade que é preciso investigar. O objetivo deste artigo, portanto, é reconstruir a formulação desse problema e procurar compreender a possível solução que James nos oferece para superá-lo.

Palavras-chave: Método. Verdade. Pragmatismo. William James. Empirismo

METHOD AND TRUTH IN WILLIAM JAMES: THE RADICAL EMPIRICISM

Abstract: This paper examines some theses of William James concerning the pragmatist method and the conception of "truth" that the author supports in two conferences published in his book *Pragmatism: a new name for some old ways of thinking* (1907). Although for James pragmatism was, firstly, a method for solving philosophical disputes, certain passages of these conferences show that the thought of the American philosopher is built around a particular theory of truth, which works as a nucleus from which we can understand the singularity of the pragmatist method, according to the general guidelines indicated by the author himself. The traditional notion of "truth," admitted by common sense and present in most philosophical systems, can be characterized from the thesis that our ideas or thoughts could be a kind of copy of reality. This conception of truth, based on the correspondence between mental ideas and actual things, operates, in James's sight, a duplication of reality which must be investigated. The aim of this paper, therefore, is to rebuild the formulation of this problem and try to understand the possible solution that James offers us to overcome it.

Keywords: Method. Truth. Pragmatism. William James. Empiricism.

Introdução: o método pragmatista

William James abre a primeira conferência do seu *Pragmatismo*, apontando um suposto dilema, que se colocava à época em que ele publicou o livro. Na verdade, o dilema acompanha a história da filosofia, ao menos, desde o período da modernidade e trata-se da oposição entre o racionalismo e o empirismo. Para James, os adeptos da primeira corrente se caracterizam pelo apreço dos princípios eternos e abstratos, ao passo que os da corrente empirista, preferem a crueza dos fatos em toda sua variedade. Todavia, tanto os princípios quanto os fatos são importantes para quem procura descrever os fenômenos, sendo o dilema precisamente uma questão de ênfase exacerbada que leva a uma separação radical dessas duas regiões da experiência, como se fosse urgente escolher uma delas em detrimento da outra: “*Precisa-se de um sistema que combine ambas as coisas, a lealdade científica aos fatos e a disposição em levá-los em conta, o espírito de adaptação e de acomodação, em suma, mas também a velha confiança nos valores humanos e na espontaneidade resultante*” (JAMES, 1979, p. 9). Essa confiança nos valores humanos pode ser entendida como uma espécie de fé nos princípios da razão humana, como aquela que fez Leibniz postular uma teoria segundo a qual viveríamos no melhor dos mundos possíveis. Ora, como conciliar esse “espírito racionalista”, apesar de todo o seu otimismo, com a “selvageria” que nos mostra o universo colossal dos fatos concretos? Para ilustrar esse outro ponto de vista, simetricamente oposto ao racionalismo, James cita o *anarquismo* de Swift e seus relatos, extraídos de reportagens urbanas, sobre casos de suicídio e morte em geral. Para nós, que vivemos numa cidade como São Paulo, é desnecessário repetir essa passagem, uma vez que temos abundantes exemplos disso em nossos atuais jornais. O importante é perceber que, nessa realidade cotidiana, os fatos eclodem brutalmente sem deixar lugar para uma racionalidade que possa organizá-los, muito menos, atribuir-lhes qualquer valor religioso.¹ No entanto, James apresenta o pragmatismo como uma filosofia capaz de manter esse aspecto religioso do racionalismo, sem afastar-se da intimidade dos fatos, tão cara ao empirismo. Em outras palavras, a filosofia pragmática pode ser compreendida como a tentativa de preservar tanto a relação com os fatos (espírito empírico) quanto à abertura a uma construção religiosa positiva (espírito racionalista).

O que define essa tentativa é o que poderíamos chamar de “espírito pragmático”, isto é, a aplicação de um método capaz de resolver as diversas disputas metafísicas, ao indagar pelo sentido prático que geralmente se esconde por trás dessas controvérsias. James introduz esse método com a famosa anedota do “esquilo” e nos mostra como uma simples questão pode dar lugar a uma disputa interminável que só é superada quando procuramos determinar as diferenças práticas que decorrem das possíveis respostas. No caso do esquilo que se esconde detrás da árvore, o problema era saber se um homem que quer pegá-lo anda em torno dele ou não. Para resolver esse problema de acordo com o método pragmático devemos, segundo James, considerar o que se entende praticamente pela expressão “ir em torno” (*go round*), pois o homem pode dar a volta na árvore, na intenção de perseguir o esquilo e, desse modo, ele estará também indo em torno do esquilo. Percebe-se que a resposta pode ser afirmativa ou negativa, dependendo do sentido prático que atribuirmos a essa expressão. E essa diferença prática tem ainda

¹ “Nosso interesse por metafísicas religiosas decorre do fato de nosso futuro empírico mostrar-se inseguro para nós, necessitando de alguma garantia mais elevada” (JAMES, 1979, p.43). Pensemos nos *tsunamis*, terremotos e nas erupções vulcânicas que recentemente assolaram nosso planeta.

implicações com a concepção de “verdade”, na medida em que uma noção qualquer poderá ser verdadeira ou falsa em função das consequências práticas que ela nos inspirar. E se não houver nenhuma consequência prática? Então, dirá James, “*as alternativas significam praticamente a mesma coisa, e toda disputa é vã*” (JAMES, 1979, p.18).

James reconhece que não há nada de novo no método pragmático, já que tanto os empiristas ingleses quanto Aristóteles fizeram uso dele. Mas o princípio do pragmatismo, que James atribui a Peirce, pode ser encontrado na etimologia da palavra “ação”, do grego *pragma*, e da qual derivam as palavras “prática” e “prático”. Com efeito, dizíamos há pouco que é possível resolver controvérsias intermináveis, fixando o sentido prático das noções envolvidas na disputa. Se levarmos em conta as regras de ação – como quer Peirce –, compreenderemos que o significado de um pensamento pode ser medido pela conduta que ele é capaz de produzir e que isso já constitui uma possível diferença de prática. Assim, a concepção de um objeto qualquer estará pautada pelos efeitos que, na prática, se vinculam a ele, tais como as sensações que devemos esperar e as reações que devemos preparar ante sua presença.

A prerrogativa da ação leva o pragmatismo ao encontro dos fatos concretos e, desse modo, o aproxima da atitude empirista, porém, de maneira mais radical, já que não tem nenhuma pretensão de finalidade na verdade, senão que apenas nos propõe um método. Os conceitos sobre os quais repousa a metafísica tradicional – “Deus”, “Matéria”, “Razão” e “Absoluto” – devem ser examinados com base naquilo que James denomina “valor de compra prático” (*practical cash value*). Cada uma dessas palavras perde o privilégio metafísico e deixa de ser uma solução mágica – o princípio explicativo ou a causa final de um sistema fechado de ideias –, para ser posta em ação e avaliada do ponto de vista do seu funcionamento no fluxo da nossa experiência. O método pragmatista, longe de oferecer uma resposta definitiva para certos enigmas filosóficos, se desdobra como um “programa para mais trabalho”, indicando novos caminhos para modificar a realidade existente. Esse é o caráter instrumental do pragmatismo, método que concebe as teorias como instrumentos. Na medida em que se situa no meio delas, pode ser comparado ao corredor de um hotel, pois, tal como este, nos dá acesso a inúmeras portas e comunica entre si diversos quartos. Ainda que em cada quarto se esteja cogitando uma teoria diferente, o corredor, assim como o método pragmatista, sempre servirá como um meio prático para entrar e sair desses aposentos conceituais. Por isso, James descreve seu método como uma atitude de orientação: “*A atitude de olhar além das primeiras coisas, dos princípios, das ‘categorias’, das supostas necessidades; e de procurar pelas últimas coisas, frutos, consequências, fatos*” (JAMES, 1979, p.21).

Até aqui, acompanhamos a concepção jameseana do método pragmatista, porém, antes de ver como ele funciona na prática, ou seja, ao ser aplicado na resolução de alguns problemas filosóficos, devemos deter-nos na noção de verdade, já que ela nos permitirá esclarecer ainda mais o alcance do método.

1. A visão “instrumental” da verdade

Falávamos da utilidade das diferentes teorias e, agora, podemos acrescentar que essa utilidade consiste em “*sumariar os velhos fatos e apontar novos*” (JAMES, 1979, p. 22). Algo da arbitrariedade que caracteriza a linguagem humana, em geral, contagia a lógica das teorias científicas, quando se percebe que também as leis

científicas são apenas aproximações da realidade. Pensadores pragmatistas, como Schiller e Dewey, definem a verdade científica de maneira análoga à verdade que nos atribuímos às nossas crenças:

[...] as ideias (que, elas próprias, não são senão partes de nossa experiência) tornam-se verdadeiras na medida em que nos ajudam a manter relações satisfatórias com outras partes de nossa experiência, para sumariá-las e destacá-las por meio de instantâneos conceituais, ao invés de seguir a sucessão interminável de um fenômeno particular (JAMES, 1979, p. 22).

Assim, quando uma ideia pode transportar-nos é verdadeira instrumentalmente e denota seu poder de “trabalhar”.

Apliquemos essa concepção de verdade ao processo pelo qual nós mesmos estabelecemos novas opiniões. Temos um estoque de velhas opiniões e nos deparamos com uma nova experiência. Apesar da perturbação íntima que isso nos provoca, conseguimos preservar nosso antigo estoque de verdades com um mínimo de modificação, já que fazemos dessa nova verdade uma espécie de intermediário que ajuda a amaciar a transição. James nota que esses novos conteúdos não são em si mesmos verdadeiros, senão que eles simplesmente aparecem e são; no entanto, a verdade é o que nós dizemos a respeito deles.

Assim, para que uma opinião nova seja classificada como “verdadeira” é preciso que ela satisfaça o desejo do indivíduo, que consiste em assimilar a novidade em sua experiência anterior, unificando-a com as suas antigas crenças. A nova ideia, portanto, torna-se verdadeira quando satisfaz esse desejo, ou seja, quando pode ser inserida no corpo da verdade pré-existente e contribuir com o seu desenvolvimento, tal como as camadas de uma árvore aumentam o diâmetro do tronco, incorporando-se a ele.

Ao generalizar essa observação, podemos concluir, junto com os pragmatistas, que “ser verdadeiro” significa apenas realizar essa função de união (*marriage-function*) entre um fato novo e uma verdade antiga. Entretanto, a ambiguidade dessa definição deu lugar a uma série de críticas contra o pragmatismo, sobretudo, no que concerne ao caráter utilitário expresso nessa noção de “verdade”. Pois, se o único critério é que ela satisfaça meu desejo de união, então, eu posso escolher o que me convém num determinado momento, posso utilizar a verdade em meu favor, independentemente dela ser condizente com a realidade. O que está em jogo aqui é uma certa objetividade da verdade, uma exigência da lógica racionalista que pensa o verdadeiro a partir de uma correspondência unívoca entre o nosso pensamento e uma realidade absoluta, sem margem para qualquer outra concepção da verdade.

A verdade objetiva é uma só e por isso interdita a possibilidade do indivíduo arquitetar suas próprias verdades psicológicas. A verdade é aquilo que, em última instância, determina o que devemos pensar incondicionalmente. Para sair dessa enrascada, W. James distingue de saída o *temperamento racionalista*, que opera com abstrações e concebe a verdade a partir de uma relação estática de “correspondência”, do *temperamento pragmatista*, que vive debruçado sobre os fatos concretos e, ao observar como a verdade opera em casos particulares, generaliza o processo, de modo que a verdade lhe permita classificar todos os tipos de valores que funcionam na experiência.

Para James, o racionalista perde o contato com os fatos concretos do mundo, quando adere espontaneamente aos pressupostos da lógica pura e postula um Espírito Absoluto como hipótese ideal, do qual dependem todas as particularidades de fato, concebendo assim um substituto para Deus. Compreendemos, agora, porque James atribui ao racionalismo uma espécie de conforto religioso, que o mantém imune às desgraças humanas por estar amparado na toca do próprio Absoluto.

Isso não significa, contudo, que o pragmatismo rejeite a religião em bloco, senão que permite elucidar em que sentido a teoria da verdade complementa o método pragmatista na busca por uma realidade melhor. Ao descartar a verdade absoluta, é necessário pensar cada fato em sua relação com os outros e é essa relatividade da verdade que incomoda o racionalista, já que o obriga a sair da toca e investigar a verdade nas particularidades da experiência.

A crença no Absoluto, por outro lado, garante aos racionalistas a possibilidade de tirarem “férias morais”, visto que podem confiar numa fonte superior e eterna, capaz de neutralizar todos os problemas mundanos, eximindo-se assim da sua responsabilidade. Por isso, devemos concentrar-nos no ponto central da doutrina pragmatista da verdade, qual seja, que uma ideia é verdadeira na medida em que acreditar nela é proveitoso para nossas vidas. Isso não quer dizer que podemos utilizar a verdade de qualquer maneira, pelo contrário, a verdade é uma *espécie de bem*, que nos incita a identificar “*o que funciona melhor no sentido de conduzir-nos, o que se adapta melhor a cada parte da vida e combina com a coletividade das demandas da experiência sem omitir nada*” (JAMES, 1979, p. 59). O que é melhor para nós, portanto, não pode estar separado do que é verdadeiro. Daí o lema do pragmatismo, na formulação do *empirismo radical*: “*voltar a face em direção à experiência, em direção aos fatos*” (ibid.).

2. O *cash-value* da verdade

Comumente, a verdade é definida como uma propriedade das nossas ideias, que consiste em seu “acordo” com a “realidade”. Então, uma ideia é verdadeira quando consegue copiar a sua realidade?

Voltemos ao exemplo do “relógio de parede”: além da representação simbólica que posso conceber mentalmente, o relógio concreto tem peças internas, sua função é marcar a hora, suas molas tem certa “elasticidade”. O problema é que a minha ideia de “relógio” não dá conta desses aspectos do objeto que não podem ser copiados nitidamente. Ora, qual é o significado da concordância nesses casos?

Para os intelectualistas, segundo James, trata-se de uma relação estática inerte, porém, as perguntas habituais do pragmatista nos encaminham para uma maneira dinâmica de compreender relação entre ideia e verdade, pois, caso a ideia seja verdadeira, que diferença concreta fará na vida de alguém? Que experiências serão diferentes daquelas que prevaleceriam se a crença fosse falsa? Em suma: qual é o valor efetivo (*cash-value*) da verdade em termos experimentais? Essas questões introduzem uma das teses mais importantes do livro, que podemos assinalar em duas passagens consecutivas:

As ideias verdadeiras são aquelas que podemos assimilar, validar, corroborar e verificar. As idéias falsas são aquelas com as quais não podemos agir assim. Essa é a diferença prática que nos faz ter idéias

verdadeiras; esse, portanto, é o significado da verdade, pois é tudo o que podemos conhecer acerca da verdade.

[...] A verdade de uma idéia não é uma propriedade estagnada nessa ideia. A verdade é algo que lhe acontece a uma ideia. Esta torna-se verdadeira, é feita verdadeira pelos acontecimentos. Sua verdade é, de fato, um evento, um processo, a saber, de verificar-se, sua verificação. Sua validade é o processo de sua validação (JAMES, 1979, p. 72).

As consequências práticas de uma ideia, portanto, devem ser medidas pelos processos de verificação e de validação. Isso significa que a sua “concordância” com a realidade responde a uma “função de direção agradável”, ou seja, quando as idéias nos levam através dos atos em direção a outras partes da experiência com as quais sentimos que as idéias originais permanecem em acordo.

Desse modo, os pensamentos verdadeiros se instituem como “valiosos instrumentos de ação”, uma vez que a posse da verdade deixa de ser um fim em si e passa a ser apreciada como um meio preliminar em direção a outras satisfações vitais. Tal é caso da “trilha de gado” que alguém perdido numa floresta encontra em seu perambular. O caminhante pode pensar que esse caminho conduz a uma casa, a um mercado ou, ao menos, até alguma estrada. Agindo de acordo com esse pensamento, ele pode se salvar, já que ao permanecer perdido na floresta está exposto a diversos perigos, além da fome e a sede. Essa é a importância prática de um pensamento verdadeiro: “[ele] é útil porque seu objeto [a casa, o alimento, etc.] é útil. O valor prático de idéias verdadeiras é, pois, derivado primariamente da importância prática de seus objetos para nós” (JAMES, 1979, p. 73).

A fórmula do pragmatismo é reversível: uma ideia é “útil porque é verdadeira” ou, então, é “verdadeira porque é útil”. Seja como for, ela é verdadeira quando inicia o *processo de verificação*, quando se torna relevante em uma emergência. Assim, passa do recolhimento para a ação no mundo e nossa crença nela torna-se ativa. O valor efetivo (*cash-value*) da verdade de uma ideia consiste precisamente nessa utilidade prática, que se verifica quando sua função é completada na experiência. Essa é a função de uma *condução que vale a pena*, sugerida pelo exemplo da “casa” que imaginamos no final da trilha: temos a imagem mental dela, mas, depois de percorrer todo o caminho, encontramos a casa e obtemos a verificação completa da imagem.

Porém, quando temos certeza de que a verificação é simplesmente *possível*, a omitimos, visto que a maioria das coisas se justifica por pertencer a uma *espécie* e não singularmente, como as notas bancárias que circulam normalmente enquanto ninguém as recusa. Agimos espontaneamente de acordo com a “lei da espécie”, sem deter-nos para verificar: “*indiretamente ou somente potencialmente, os processos de verificação podem, pois, ser verdadeiros tanto quanto os processos de verificação integrais*” (JAMES, 1979, p. 75).

O problema com a verificação integral é que seria interminável – e talvez inútil – se, cada vez que nos depararmos com uma ideia, tivéssemos que fazer uma verificação completa, como se fosse *sempre a primeira vez*. O método de Descartes, em vista dessa dificuldade, previa a regra da “análise”, isto é, dividir o objeto em tantas partes quanto necessário, até encontrar a evidência de cada elemento singular; depois, efetuar uma recomposição do todo por via da “síntese”, configurando blocos graças à regra da “verificação”, que estabelecia confiáveis

“cadeias de verdade”.² Entretanto, o problema da *concordância* entre a “ordem sensível” e a “ordem ideal”, também enfrentado por Descartes, é interpretado por James como um caso de *conduzir*.

- 1) Concordar significava, primeiramente, “copiar”. Mas vimos que a palavra “relógio” faz da idéia uma espécie de símbolo, que não dá conta das suas peças internas nem de suas funções. Como é possível então, pergunta James, copiar realidades como “passado”, “poder”, “espontaneidade”?
- 2) “Concordar com a realidade”, em um sentido mais amplo, significa: “ser guiado diretamente a ela ou aos seus arredores, ou ser colocado numa relação de trabalho que permita operar com ela ou com alguma coisa vinculada a ela, mais do que se tivesse discordado” (JAMES, 1979, p. 76).
- 3) Na relação de concordância também se observa uma implicação negativa: o “fato negativo de que nada contraditório de uma certa realidade possa interferir com a maneira pela qual nossas ideias guiam-nos a outras partes” (ibid.).
- 4) Copiar a realidade pode ser uma maneira de concordar com ela, mas o essencial é o “processo de ser guiado”, na medida em que uma idéia que se ajusta e que adapta nossa vida ao cenário geral da realidade, mantém a verdade daquela realidade.

A verdade, no pragmatismo, deve ser compreendida a partir das verdades, no plural, e do processo de *conduzir in rebus* (nas coisas, na realidade). A noção jameseana de *cash-value* supõe um “valor efetivo” da verdade, um preço que ela paga e consiste em guiar-nos até alguma região do sistema que toque em vários pontos a experiência, objetos da percepção que podemos copiar mentalmente ou não, mas com os quais estamos sempre numa “espécie de comércio”, designada como *verificação* (cf. JAMES, *Pragmatismo*, p. 78).

3. A verdade enquanto processo de verificação

Dizíamos que em um mundo de coisas de tipos semelhantes e associadas semelhantemente, a verificação se dá por espécies. Assim, quando a qualidade da verdade é obtida *ante rem* (antes de entrar nas particularidades da experiência), trata-se da sua *verificabilidade*: “*Inumeráveis ideias operam melhor por meio de sua verificação indireta ou possível, do que por meio de sua verificação direta e positiva*” (ibid., p. 79).

Todavia, os pragmatistas sustentam que a verdade é um nome coletivo para os processos de verificação, que podemos comparar a outros processos ligados à vida, como saúde, riqueza e força, na medida em vale a pena persegui-los e porque são feitos no curso dos acontecimentos, tal como a verdade (*in rebus*), que também é *feita*. Vejamos essas três analogias:

- 1) Princípio de “riqueza” como alguma coisa que antecede os fatos, que se tornam uma espécie de coincidência secundária com a natureza essencial do homem rico. A falácia é evidente, pois sabemos que “riqueza” é apenas um nome para processos concretos, e não uma excelência natural deste ou daquele homem rico, que não se encontra em outros.

² Cf. Descartes. *Discurso do método*. São Paulo: Nova Cultural, 1979.

- 2) Saúde: nome para certos processos vitais *in rebus* (digestão, circulação, sono) que são interpretados pelo racionalista como derivados da boa saúde enquanto princípio explicativo.
- 3) Força: é o resultado de um processo de fortalecimento muscular (exercícios físicos, levantamento de peso), mas é tratada como se fosse uma condição preexistente no homem (*ante rem*), que explica o desenvolvimento dos seus músculos.

A distinção aristotélica entre hábito e ato permite alinhar a saúde *in actu* com o bom sono e a boa digestão; a riqueza *in actu* com o lucro; e o homem forte *in actu* com o levantamento de peso; mas essas qualidades decaem para o estado de “hábitos” entre seus períodos de exercício, pois ninguém está sempre dormindo e digerindo, nem lucrando, nem se exercitando. Do mesmo modo, a verdade torna-se um hábito de certas idéias nos seus intervalos de repouso de suas atividades de verificação, visto que não estamos o tempo todo verificando. Essas atividades são a condição de possibilidade do hábito, que opera nos intervalos.

4. A objeção do racionalista

Em primeiro lugar, dirá o racionalista, a verdade não é “feita”, senão uma relação transcendente que não precisa de verificação, pois o *ser* da verdade não reside nesses processos de verificação, que são apenas *sinais* de seu ser, maneiras de averiguação perante o fato. Na definição racionalista da Verdade, vemos que prevalece uma reivindicação incondicional, uma obrigação de fazer ou “dever imperativo” que nos reporta à “Verdade em si”, imaculada no registro lógico ou epistemológico e bem longe da dimensão psicológica.

O “truque” do racionalista, aponta James, é tratar o *nome* de uma realidade fenomenal concreta como uma entidade prévia independente, que é colocada atrás da realidade como sua explicação. A falácia “sentimentalista” consiste em extrair uma qualidade da turva experiência, torná-la pura (racional) e erigi-la como uma natureza oposta e mais elevada, que contrasta com todos os exemplos do mundo empírico.

A diferença entre pragmatismo e racionalismo pode ser compreendida a partir da seguinte proposição, que é uma radicalização do empirismo: “*a experiência está na mutação*”.³ Note-se que a diferença radical de perspectiva coloca o pragmatismo numa condição de abertura para o futuro, ao passo que o racionalismo volta seu olhar para uma “eternidade passada” e continua preso aos “princípios”.

As verdades emergem dos fatos; elas, porém, mergulham de novo nos fatos e trazem acréscimos a estes; os fatos criam de novo ou revelam nova verdade (a palavra é indiferente) e assim indefinidamente. Os ‘fatos’ em si mesmos, nesse meio tempo, não são verdadeiros. Simplesmente são. A verdade é uma função das crenças que começam e terminam entre eles (JAMES, 1979, p. 81, grifo nosso).

As nossas certezas psicológicas – que para o racionalista são uma verdade inferior –, podem ser mutáveis, mas a “Realidade em si” – afirma ele – não está

³ A metáfora de James coincide com a de Bergson: a mudança não permite o estancamento da verdade; faz com que ela se transforme e cresça como uma “bola de neve” (cf. BERGSON, 2006).

sujeita à mudança, por isso a “Verdade em si” será sempre eterna e imutável. Como aquela excelência intrínseca que explicava a riqueza, a saúde e a força *a priori*, a verdade *ante rem* racionalista não tem nada a ver com a nossa experiência *in rebus*: não acrescenta nada ao conteúdo da experiência; não faz diferença para a Realidade em si, já pronta e acabada; é inerte, estática, apenas uma reflexão.

Conclusão

A obrigação não pode ser “incondicional”, senão “condicional”, na medida em que o reconhecimento da verdade é um “expediente” (aquilo que conduz): “*Se me perguntam que horas são e eu respondo que moro na Rua Irving, 95, minha resposta pode ser verdadeira, mas não se vê porque é meu dever dá-la*”. Com esse argumento, James rebate as críticas do racionalismo:

Nossa obrigação no sentido de procurar a verdade é parte de nossa obrigação geral de fazer o que compensa. As compensações que as ideias verdadeiras trazem são o único motivo de nosso dever no sentido de segui-las. Idênticos motivos existem no caso da riqueza e da saúde. [...] A verdade não faz outra espécie de reivindicação e não impõe outro tipo de pensamento diferentemente do que a riqueza e a saúde o fazem. Todas essas reivindicações são condicionais; os benefícios concretos que ganhamos são os que entendemos por considerar o empenho como um dever (JAMES, 1979, p. 83).

A concepção racionalista de uma realidade que nos convoca a “concordar” com ela gratuitamente, em nome de uma reivindicação “transcendente” é interpretada por James como uma “abstração absolutamente sem sentido”. Vamos imaginar que eu fosse essa “*única realidade no mundo*”, diz ele. Que bem me faria um ser copiado? Que bem receberia aquele que me copiasse? “Copiar é um modo genuíno de conhecer”, admite o nosso autor. Não obstante, quando vamos além da cópia e concebemos “*formas sem nome de concordância*”, que não podem ser copiadas, nem conduzem nem se adaptam – já que não se mostram através de nenhum processo pragmaticamente definível –, o conteúdo da ‘concordância’ reivindicada torna-se tão inteligível quanto o motivo da mesma e ninguém é capaz de imaginá-los (cf. JAMES, 1979, p.85). Conclui-se, portanto, que a adesão literal aos procedimentos de abstração (imperativo abstrato), leva a uma recusa radical do solo natural da experiência, o que parece um absurdo.

* * *

Referências

- BERGSON, H. *A evolução criadora*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DESCARTES, R. *Discurso do método*. São Paulo: Nova Cultural, 1979.
- JAMES, W. *Pragmatismo; O significado da verdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- _____. *Essays in radical empiricism*. Londres: Longmans, Green & Co., 1912.
- LAPOUJADE, D. *William James: empirisme et pragmatisme*. Paris: PUF, 1997.